

PROCESSO - A. I. Nº 298958.0077/21-7
RECORRENTE - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 1ª CJF nº 0376-11/22-VD
ORIGEM - DAT NORTE / IFEP
PUBLICAÇÃO - INTERNET 14/06/2023

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO CJF Nº 0121-11/23-VD**

EMENTA: ICMS. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. INEXISTÊNCIA. É inegável que constitui requisito para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração da Decisão da Câmara de Julgamento Fiscal, que reformou o mérito a da Primeira Instância, em Recurso de Ofício, e que assim, evidencie matéria de fato ou fundamento de direito não apreciado na ocasião do Julgamento. Tais condições não ocorreram no caso concreto. Mantida a Decisão recorrida. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Reconsideração em razão da decisão proferida por meio do Acórdão da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, que por unanimidade Negou Provimento ao Recurso Voluntário, oriundo de decisão de Primeira Instância na 1ª JJF, Acórdão nº 0075-06/22, que julgou Parcialmente Procedente o Auto de Infração lavrado em 28.09.2021, no valor original de R\$132.908,55, pelo cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 01.02.41: *utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior no(s) documento(s) fiscal(is).*

Enquadramento Legal: arts. 29 e 31 da Lei 7.014/96 c/c art. 309, § 7º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso VII da alínea “a” da Lei 7.014/96

O valor lançado foi reduzido para R\$45.985,56 pela 6ª JJJ – Acórdão na sessão do dia 27.05.2022, e em Recurso Voluntário, a 1ª CJF, negou provimento conforme voto abaixo:

VOTO

Quanto à preliminar de nulidade suscitada, ao fundamento por violação a princípios basilares do PAF, não merece acolhida, pois a conduta infratora foi adequadamente descrita como “utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior no(s) documento(s) fiscal(is).” Os Autuantes elaboraram demonstrativos em meio magnético (fl. 10), no qual relacionaram mercadorias adquiridas pelo Autuado, no período de janeiro/2016 a dezembro/2018, demonstrando uso de alíquotas diversas das previstas na legislação vigente, o autuado com pleno conhecimento da infração cometida, apresentou defesa, exercendo assim seu amplo direito a defesa.

Assim, rejeito a preliminar de nulidade suscitada.

No mérito, como já destacado, a conduta autuada foi descrita como: “utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior no(s) documento(s) fiscal(is)”. O Auto de Infração foi lavrado em 28/09/2021 e teve sua ciência em 06/10/2021, como atestou o Julgador de Piso em consulta ao SIGAT, os meses abrangidos na autuação foram os anos de 2016 a 2018. O Sujeito Passivo se opôs ao lançamento, alegando apenas a decadência para os meses de 01/2016 a 09/2016.

Ora, como não foram comprovados nos autos a existência de elementos capazes de caracterizar a prática de dolo, fraude ou simulação, me alinho totalmente ao julgador de 1ª instância para que sejam expurgados da cobrança os valores relativos a créditos indevidamente utilizados até 06/10/2016. Permanecendo a exigência referente ao uso indevido dos créditos supracitado ocorrido posteriormente. Aplicando no caso em tela a Súmula nº 12 do CONSEF/BA que diz que, para efeito da contagem do prazo decadencial, o lançamento só se aperfeiçoa com a ciência do contribuinte acerca do Auto de Infração. Esta Súmula teve com referência legislativa nos arts. 150, § 4º e 173, ambos do Código Tributário Nacional, bem como a Súmula Vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, entendendo que a Decisão de piso não

merece reparos.

Inconformado, o contribuinte ingressou com Pedido de Reconsideração às fls. 103/105, onde repete a síntese dos fatos processuais e sem apontar objetivamente quaisquer erros no julgamento recorrido, apenas diz que procedimento não se considerou a possibilidade de exigência do tributo pois as operações estariam fora do campo de incidência do ICMS e pede anulação do Auto de Infração.

VOTO

O Recorrente ingressou com Pedido de Reconsideração, previsto art. 169 do RPAF, que diz em seu caput, que “*caberão os seguintes recursos, com efeito suspensivo, das decisões em processo administrativo fiscal*”:

I - para as Câmaras de Julgamento do CONSEF:

d) pedido de reconsideração da decisão da Câmara que tenha, em julgamento de recurso de ofício, reformado, no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal;

Assim, conforme decisão em Segunda Instância deste Conselho, deu Provimento Parcial ao Recurso Voluntário, fica evidenciado que o Pedido de Reconsideração não está de acordo com a previsão normativa, que se restringe aos casos em que o Recurso de Ofício tenha reformado no mérito, decisão de Primeira Instância.

Isto ocorre porque em Recurso de Ofício, o contribuinte pode deixar de se manifestar, e tendo havido uma reforma em seu desfavor, faz-se prudente, em obediência ao princípio da ampla defesa, que este se manifeste no que diz respeito à reforma da decisão em seu desfavor.

É inegável que constitui requisito para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração da Decisão da Câmara de Julgamento Fiscal, que reformou o mérito a da Primeira Instância, em Recurso de Ofício, e que assim, evidencie matéria de fato ou fundamento de direito não apreciado na ocasião do Julgamento.

Tais condições não ocorreram no caso concreto. O recorrente apenas pede por nova apreciação da decisão de segunda instância, sem qualquer previsão do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal. Caso constate erros materiais no julgamento, poderá exercer o direito de petição à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle de legalidade para que represente a este Conselho de Fazenda para novo julgamento, caso se constate a existência de erros.

Assim posto, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Reconsideração apresentado, e, portanto, fica PREJUDICADA a apreciação de mérito.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, NÃO CONHECER do Pedido de Reconsideração apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298958.0077/21-7**, lavrado contra **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$45.965,56**, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso VII, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de maio de 2023.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR DA PGE/PROFIS